

Força Sindical: política e ideologia no sindicalismo brasileiro

PATRÍCIA VIEIRA TRÓPIA

São Paulo: Expressão Popular, 2009, 232p.

*Davisson C. C. de Souza**

A publicação de *Força Sindical: política e ideologia no sindicalismo brasileiro*, de Patrícia Trópia, contribui para preencher uma dupla lacuna na bibliografia brasileira sobre sindicalismo das últimas décadas. Primeiramente, o livro tem o mérito da originalidade por tratar de uma central que, embora seja a segunda entidade sindical mais importante do Brasil há quase 20 anos, carece de estudos nas Ciências Sociais. Em segundo lugar, o trabalho de Trópia fortalece o campo das análises sindicais marxistas, que perderam terreno a partir da década de 90 para as abordagens inspiradas nas noções de crise e declínio histórico do sindicalismo. Não é casual, porém, que, justamente na década de 90, tal central e tais teses tenham ganhado “força”, já que ambas defendem o pragmatismo político e apegam-se à tese da “inevitabilidade da globalização” e do fim do socialismo. É nesse terreno que a Força Sindical (doravante: FS) desponta no cenário sindical brasileiro como a maior central do setor privado.

O livro de Trópia contribui para explicar, de maneira sistemática, as múltiplas facetas da adesão da FS ao neoliberalismo. Sua leitura, no entanto, suscita uma questão mais ampla, já tratada por vários estudiosos: o apoio de um setor sindical foi uma condição para a implantação das políticas neoliberais? Uma comparação com o caso argentino é esclarecedora nesse sentido. No Brasil, as principais

* Doutorando em Sociologia e pesquisador do Cemarx (e-mail: davissonhistoria@yahoo.com.br).

entidades que fundaram a FS, em 1991, defendiam a abertura às importações, as privatizações e a “modernização” das relações de trabalho, como ficou explícito em sua defesa da flexibilização da CLT. Na Argentina, a *Central General del Trabajo* (CGT), sob a justificativa de seu vínculo histórico com o peronismo, em linhas gerais, apoiou as medidas neoliberais levadas a cabo por Carlos Menem. Alguns dirigentes e sindicatos dessa central participaram diretamente das privatizações, caso dos ferroviários, que adquiriram uma linha de trem. Embora tanto na Argentina quanto no Brasil a relação entre o sindicalismo e neoliberalismo seja revestida de descontinuidades, é possível afirmar que o apoio da FS, no caso brasileiro, e da CGT, no caso argentino, foi fundamental para a consolidação de uma relação de forças favorável à implantação das políticas neoliberais.

Porém, o livro de Trópia não se restringe à demonstração da ligação da FS com o neoliberalismo. É nesse sentido que seu trabalho supera duas importantes referências bibliográficas anteriores sobre a central: *Força Sindical: uma análise sociopolítica* (Paz e Terra, 1993), de Adalberto Moreira Cardoso e Leôncio Martins Rodrigues, e *Força Sindical: a central neoliberal de Medeiros a Paulinho* (Mauad, 2002), de Vito Giannotti. Cardoso e Rodrigues tratam de maneira meramente descritiva o perfil “sociopolítico” dos delegados do congresso que fundou a central, mas não analisam teoricamente suas raízes políticas e ideológicas. Giannotti tem o mérito de elucidar o caráter neoliberal da ideologia política defendida pelos dirigentes da FS, mas não apresenta uma análise empírica das ações da central.

O estudo de Trópia abarca esse conjunto de questões. O livro é claramente refratário aos pressupostos neoliberais. Porém, a autora logra combinar sua tomada de partido com o rigor metodológico na apresentação dos dados empíricos, que a afasta dos apriorismos que cercam a abordagem da temática. Sendo assim, um dos méritos de Trópia está na maneira como enfrenta os dados construídos na pesquisa de campo. Por um lado, não apela a um discurso dicotômico entre um sindicalismo “moderno” e “arcaico” para fazer apologia à central, nem se oculta sob o manto da neutralidade e do objetivismo científico para, ao final, aceitar o pretense caráter plural e apertado da central. Por outro lado, não analisa as ações e representações da entidade sem um trabalho de pesquisa de campo sistematizado. Essa postura, como pesquisadora, é o que lhe permite atestar (mas também contextualizar) o caráter reivindicativo e ativista da FS, o que surpreende aquele que conhece a central apenas pelos discursos de seus dirigentes. Ademais, é a partir desse procedimento que a autora chega à conclusão de que a adesão da central ao neoliberalismo não foi incondicional, nem se deu na base com a mesma amplitude que teve na cúpula.

Outra contribuição do livro é o questionamento das raízes históricas do sindicalismo praticado pela FS que, segundo a autora, possui suas matrizes político-ideológicas no (novo) “sindicalismo de resultados” e no (velho) “sindicalismo pelego”, como atesta a trajetória de seu principal sindicato, o dos metalúrgicos de São Paulo. Valem alguns comentários a respeito do tema. A utilização do ter-

mo “peleguismo” para explicar a prática da FS não se restringe à sua conotação “nativa” normativa, mas está fundamentada em uma “análise estrutural do sindicalismo”, tal como a própria autora chama a atenção na primeira nota de rodapé do livro (p.15). A política de parceria com os “patrões”, o assistencialismo, a defesa da estrutura sindical e o governismo, tal como Trópia expõe, constituem os elementos fundantes da prática da FS. Assim, a autora conecta os dois últimos fatores: “O que diferencia estes sindicatos é o fato de estarem sempre prontos a apoiar os governos, sejam eles populistas, ditatoriais ou neoliberais. Este apoio tem como contrapartida a expectativa de que os governos garantirão a existência do sindicato oficial e impedirão o avanço das correntes reformistas ou revolucionárias no interior do sindicalismo”.

Sobre esse ponto, vale destacar que a defesa dos sindicatos oficiais corporativos não se restringe às entidades “pelegas”, mas também está presente no interior do chamado sindicalismo combativo e classista. O que fundamenta, então, o governismo, ou seja, o apoio a governos de naturezas distintas, por parte dessa corrente do sindicalismo? Ainda que nessa passagem a autora não ressalte esse fator, de sua leitura se depreende que o elemento irreduzível da FS é a política de aliança de classe entre capital e trabalho, sustentada pela busca da participação direta na gestão do aparelho estatal e justificada pela noção de que o Estado é o árbitro desse “pacto social”. Essa aliança é condição para a existência de um empresariado forte no país, o que por sua vez constitui o ponto de partida para que os sindicatos possam negociar melhorias para a classe trabalhadora. Porém, essa fórmula guarda ainda outra faceta do sindicalismo da FS. Nessa central, a negociação torna-se “um fim em si mesmo”. Isso explica porque, em momentos de crise, a central defende concessões dos trabalhadores aos empresários e porque, quando as perdas afetam significativamente a própria entidade, os dirigentes assumem uma postura mais ativista. Ora, a natureza das reivindicações do sindicalismo propositivo não é a mesma das do sindicalismo combativo. O sindicalismo combativo se mobiliza para pressionar os capitalistas a ceder às reivindicações dos trabalhadores. O sindicalismo propositivo se mobiliza para pressionar a negociação e buscar o consenso.

Por fim, cumpre destacar que a perspectiva teórica de Trópia se inspira, fundamentalmente, na abordagem *poulantziana*. Com base nessa perspectiva a autora aposta na análise da correlação de forças para analisar as práticas da FS. Essa perspectiva é o que lhe permite superar o economicismo tão presente nos estudos sindicais no Brasil, ainda que a referência de fatores econômicos seja crucial em seu texto. Pelo procedimento analítico e marco teórico que adota, assim como pelo debate que suscita, o estudo de Trópia supera a abordagem do “perfil sociopolítico” e da caracterização da FS como uma “central neoliberal”. Trata-se de uma rica contribuição sobre “ideologia e política no sindicalismo brasileiro”.

SOUZA, Davisson C. C. de. Resenha de: TRÓPIA, Patrícia Vieira. Força Sindical: política e ideologia no sindicalismo brasileiro. São Paulo, Expressão Popular, 2009, 232p. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Unesp, n.30, 2010, p.160-162.

Palavras-chave: Sindicalismo; Trabalho; Neoliberalismo; Política.